

# **Identidade e trabalho: os trabalhadores das grandes obras hídricas no Nordeste**

**Juscelino Eudâmidas Bezerra**

Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente

Bolsista FAPESP

[juscelinob@yahoo.com.br](mailto:juscelinob@yahoo.com.br)

## **Introdução**

O intuito do presente texto surge da necessidade de se compreender melhor as transformações envoltas no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização presentes no Brasil levando em consideração a relação entre trabalho e identidade. Realizar tal investigação tendo em conta a quantidade e complexidade das questões suscitadas coloca desde já limites a nossa apreciação.

Sendo assim, temos como objetivo realizar uma breve discussão acerca dos conceitos de trabalho e identidade tentando através do exemplo da construção das obras de transposição do Rio São Francisco no município de Cabrobó, Estado de Pernambuco debater o processo de (des)identidade social no trabalho a partir da chegada das empresas/empreiteiras que modificaram completamente o quadro das relações de trabalho no município. Antes de adentrarmos em nossa proposta central, faz-se necessário responder a seguinte pergunta: Quais foram as motivações para a escolha do tema?

Sabemos que a dinâmica do capital no século XXI coloca o desafio para as ciências sociais de propor novos olhares, novas entradas para a discussão do trabalho, da classe trabalhadora no contexto das transformações econômicas e culturais. Para uma gama de autores (ANTUNES, 2003, 2005; ALVES, 2000; THOMAZ JÚNIOR, 2006) a classe trabalhadora no Brasil contemporâneo é multifacética, fragmentada e heterogênea.

Parte desta diversidade é fruto da chamada reestruturação produtiva do capital que colocou em cheque formas pretéritas de organização das estruturas

produtivas o que acarretou, por sua vez, mudanças nas relações de trabalho tais como: maior substituição do trabalho vivo por trabalho morto representado pelo desenvolvimento de máquinas modernas produto da robótica ocasionando, assim, o chamado desemprego tecnológico; declínio do modelo de produção fordista e substituição (respeitando as escalas do tempo e do espaço) pelo modelo toyotista; mudanças na distribuição setorial dos empregos com aumento significativo do emprego no setor dos serviços em detrimento do setor da indústria; como resultado do desemprego tecnológico, a incorporação de milhares de trabalhadores (as) no universo informal das relações de trabalho; incremento do trabalho feminino em todos os setores da economia; aumento das reformas neoliberais nos países da América Latina.

Mediante o cenário esboçado pelas informações supracitadas, foi simples para muitos autores esbravejar aos quatro cantos do mundo o fim do trabalho. Todavia, devemos perscrutar os elementos que configuram uma nova teoria para o trabalho no século XXI e que não necessariamente tenham que confirmar a tese de que o trabalho acabou. Neste sentido, uma questão que ainda permanece obscura é justamente a do sujeito social. Ou seja, se é correto afirmarmos que o mundo do trabalho mudou então não podemos esquecer que o mundo do trabalho é constituído por trabalhadores (as) que na peleja do cotidiano produz relações sociais que desafiam e impõem, como condição ineliminável, a “eterna” vigilância ontológica e epistemológica para as ciências sociais. Sendo assim, nossa proposta visa contribuir para esquadriñar a perspectiva cujo objetivo é entender as mudanças na identidade dos sujeitos a partir das transformações no trabalho.

As discussões que encontramos no debate sobre as relações entre trabalho e identidade tiveram como ponto fulcral a negação/afirmação/relativização existente no fato de ser o trabalho o elemento definidor na construção identitária do indivíduo. O nexu que nos permite inserir o debate sobre o território está justamente nesse “embaralhamento” das identidades na sua vinculação identitária com o trabalho e como estas transformações colaboram na produção de territórios cuja orientação cultural tem hoje nuances novas.

## **Trabalho e identidade: entre unidade e diversidade**

De pronto faz-se necessário alertar o leitor que não pretendemos realizar uma ampla revisão bibliográfica dos conceitos de trabalho e identidade. Já que queremos entendê-los sempre, se possível, relacionados. Neste sentido começamos então pelo conceito de trabalho.

O conceito de trabalho é marcadamente polissêmico, tal polissemia é um traço que reforça sua importância. Do ponto de vista didático e relacional é importante diferenciarmos bem o trabalho do emprego, mesmo sabendo que o risco de confundi-los pode ser encarado mais como uma limitação lingüística do que propriamente das concepções teóricas e filosóficas.

O trabalho é o elemento central na definição da ontologia do ser social conforme Luckács (1979) e Lessa (1996). Dito de outra forma, o trabalho é o modelo de toda práxis social, solo genético onde o novo é criado. Esta afirmação quer demarcar a visão de que o trabalho é um atributo ineliminável do ser social sem o qual não seria possível a passagem do ser natural para o ser social. O trabalho como mediação homem e natureza também sintetiza a expressão metabólica que subjaz a concepção de trabalho e que permeia, por exemplo, a visão corrente entre os teóricos marxistas que influenciaram a visão de trabalho na geografia.

Diferentemente do trabalho o emprego é um relação contratual (entendendo como contratual não somente as relações formais/institucionais) entre aquele que oferta sua força de trabalho e aquele que contrata, faz o uso desta força de trabalho. Portanto, o emprego pode ser visto apenas como um meio que a sociedade tem de sobreviver no contexto do modo de produção capitalista cuja meta é justamente separar o homem dos meios de produção.

Na discussão que almejamos fazer verificamos um ponto de interrogação quando entendemos as mudanças ocorridas no trabalho e como que a questão da identidade do sujeito é transformada quando este se vê inserido em um contexto no qual a transição entre diversas experiências laborais parece ser o caminho ou mesmo o resultado imposto para os trabalhadores mediante a fragilidade e as incertezas dos vínculos empregatícios. Da noite para o dia, ex-operários da indústria de transformação são obrigados a mudar de ocupação e, portanto, passam a se inserir em diversas experiências laborais geralmente não mais associadas aos circuitos de proteção social do emprego quando da existência do

vínculo formal. Esta situação é agravada dependendo de múltiplas variáveis tais como a faixa etária, o grau de instrução, etc.

Dito isto, os exemplos se multiplicam seja no campo ou na cidade forçando os trabalhadores a mudarem de ocupação devido ao processo de desterritorialização das comunidades camponesas, bem como do desemprego massivo nos centros urbanos. Isto sem falar das ocupações que caducaram com o tempo ou foram superadas pela reestruturação produtiva. Tendo em vista este cenário, Bendassolli problematiza se ainda é o trabalho o elemento central na construção identitária do indivíduo. Para o autor:

Entendemos que a identidade é uma *narrativa individual* que o indivíduo constrói sobre si mesmo mas que depende de *narrativas sociais*. A ontologia do trabalho é então uma narrativa social sobre o valor central, essencial do trabalho na construção da narrativa individual, ou seja, da identidade.” (BENDASSOLLI, 2006,p.17)

Depois de salientar a importância do trabalho na constituição da identidade o autor polemiza com sua hipótese central na qual afirma que o trabalho não é mais uma narrativa social central, pois para o autor existem narrativas conflitantes e ambíguas que com o surgimento de crises que relativizam a centralidade econômica, moral, ideológica, filosófica e contratual do trabalho na construção identitária. O resultado deste quadro é o que o autor chama de *desmontagem da ontologia do trabalho* representada pela mudança no sentido e no valor social do trabalho nas sociedades pós-industriais. Dessa forma, o trabalho é revisto tanto em sua perspectiva objetiva quanto subjetiva.

Pensando agora nas identidades, podemos observar como o debate sobre a identidade tem uma difusão crescente nas ciências sociais sendo responsável por engendrar mudanças importantes na concepção de classe social e conseqüentemente na visão de classe trabalhadora. Sendo assim, os debates acalorados sobre a classe trabalhadora tendo como mote a questão do proletariado foram forçados ou convidados a rever suas posições e alargar seu campo de discussão para que movimentos como o feminismo e a questão racial pudessem também ser contemplados na agenda de conflitos, sobretudo no período pós- Segunda Guerra mundial.

Todavia, com o desenvolvimento de posturas teóricas conflitantes ao marxismo, a questão da identidade foi ainda mais alargada, abrigoando “novas”

identidades que contemplavam tanto a questão racial, de gênero e da sexualidade como também as identidades formadas a partir das diferentes religiões, movimentos políticos, nacionalismos, estilos musicais, indumentária, etc.

A teoria e os teóricos responsáveis por esse movimento alinhavam-se em torno do que foi denominado de pós-modernismo. Segundo Eagleton, pode-se definir o pós-modernismo ou pós-modernidade como:

...uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. (EAGLETON, 1998, p. 7)

A identidade é um dos berços do discurso da diferença e para os pós-modernos, as diferenças, para lembrar as palavras de Lyotard, deviam ser ativadas em detrimento das grandes narrativas. Na contramão da ótica pós-moderna Malik (1999), aborda uma questão pertinente quando aponta para um problema revelador da capa perniciosa que pode emoldurar o discurso da valorização das diferenças, ou seja, como a identidade pode ser utilizada como moeda de troca a ser usada dependendo da situação e como muitas vezes o discurso das “novas” identidades que fortalecem sobremaneira os chamados “novos movimentos sociais” (TOURAINÉ, 2006) equipara e coloca no mesmo patamar questões tão complexas como a racial e, por exemplo, a identidade de estilos musicais.

Nessa batalha de ampliação e contenção da pluralidade de narrativas identitárias, a lucidez perante o mundo real continua sendo ainda o melhor caminho. E o que o mundo aponta é que não podemos desconsiderar no debate entre trabalho e identidade a questão identificada por Thomaz Júnior (2009) acerca da *plasticidade do trabalho*. Para o autor a realidade viva do trabalho mostra uma dinâmica conflitiva onde o embaralhamento das identidades do trabalho rompe as escalas do campo e da cidade, do trabalho urbano ou agrícola e o espaço de relações deixando marcas territoriais cuja carência de referenciais analíticos desafia parte da intelectualidade que tenta se debruçar no entendimento do trabalho no século XXI.

Esta perspectiva teórica lançada por Thomaz (2009) revigora o estudo do trabalho por duas características centrais: a primeira dela diz respeito a assunção (reconhecimento) de que as teorias sobre a questão no trabalho merecedoras de atenção no debate acadêmico não têm conseguido contemplar a riqueza de casos presentes na realidade do trabalho no Brasil. Este reconhecimento não é um apriorismo ou um mero raciocínio lógico. Tal perspectiva irrompe com as posturas teóricas que enclausuram a realidade em velhos esquemas que transformam sujeitos sociais e suas relações sociais em meros “enredos” imutáveis. Dito de outra forma, a compreensão de que o operariado não detém o exclusivismo da transformação social obriga-nos a encontrar outros caminhos e que não necessariamente tenham que abandonar as contribuições marxistas.

A segunda característica marcante, consequência da primeira, diz respeito à abertura para um debate teórico mais avançado que olha a dinâmica do capitalismo, suas transformações territoriais e os sujeitos sociais através das experiências laborais destes sujeitos no mundo do trabalho. Tal fato, nos permite interpretar o campo, a cidade, a divisão territorial do trabalho e sua vinculação com os processos mais marcantes que definem uma nova agenda de conflitos entre capital e trabalho.

Neste contexto, as aguerridas definições sobre que é o operariado e qual sua missão histórica ou mesmo se existe ou não camponês perdem espaço na discussão para entendermos que a partir da complexificação do capital os mesmos sujeitos podem vivenciar experiências laborais que os permitam ora ser um camponês ora operariado ora camelô ora funcionário público (efetivo ou terceirizado). Enfim, estas experiências dialetizam tanto a escala do tempo e do espaço como a escala do próprio sujeito social. Esta é a tensão que merece nossas reflexões e podem contribuir positivamente na discussão sobre o mundo do trabalho no século XXI.

Como forma de entendermos o cerne da questão entre identidade e trabalho a partir do debate entre as transformações territoriais e o embaralhamento das identidades, discutiremos brevemente o caso dos trabalhadores das obras hídricas no sertão nordestino. Nosso objetivo com a proposta de realizar o debate acerca dos trabalhadores na construção das obras para a transposição do Rio São Francisco foi o de apresentar importantes processos que estão em plena marcha e que nos desafia a entender algumas

questões tais como: Como o capital opera na produção de novos ajustes espaciais e como estes ajustes atuam na criação de um novo contexto nas relações sociais e de trabalho? Como os trabalhadores do sertão nordestino vivenciam estas transformações? O que muda na construção social da identidade destes sujeitos?

### **Trabalhadores no caminho das águas...**

É fato consumado que a construção das obras do projeto de integração do Rio São Francisco mudou radicalmente a estrutura de “emprego” nos pequenos municípios onde estão instalados os principais canteiros de obras. Todavia, também é fato que a dinamização dos empregos tem dia e hora para terminar. A obra da transposição, apesar de estar envolta em todo o discurso da melhoria da qualidade de vida sobre o enlace da garantia da água para o consumo humano, não conseguiu se desvincular da herança histórica de captura política das grandes obras hídricas no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1977). Estas funcionaram sempre como simbolismo do poder das oligarquias regionais e que hoje traz alguns elementos novos os quais congregam uma gama de interesses capitaneados por importantes grupos econômicos que vislumbram possibilidades de acumulação de capital a partir dos investimentos em atividades extremamente lucrativas que têm na garantia da oferta hídrica condição básica para sua efetividade.

Como exemplo desse processo, podemos citar o município de Cabrobó (PE) que recebe o início das obras do Eixo Norte o qual fará a “integração” das águas do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A obra é liderada pelo Consórcio Construtor Águas do São Francisco formado pelas empresas Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A, Serveng Civilsan S.A, Empresas Associadas de Engenharia e S.A Paulista de Construções e Comércio. Todas as empresas são de capital nacional proveniente dos Estados da Região Sudeste. O valor global do lote vencido pelo consórcio é de R\$ 238,8 milhões de reais.

Segundo a empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A o lote desenvolvido pelo consórcio consiste na execução de obras civis para construção de 39.128 m de canais, 04 aquedutos com extensão total de 986 m, 01 túnel com

726m e demais instalações complementares: pistas laterais do longo do sistema adutor, passarelas de pedestres, pontes, cercas de proteção e drenos. Ainda sobre o trecho da obra realizado em Cabrobó destaca-se a participação do 2º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército que atua na construção do canal de aproximação e no ponto de captação das águas do Rio São Francisco próximo a Ilha de Assunção.

Uma breve incursão pela cidade de Cabrobó revela as mudanças trazidas no cotidiano da cidade com a influência das obras comandadas pelo Ministério da Integração Nacional. A cidade tem um movimento significativo de carros do Governo Federal, do Exército, da polícia (Cabrobó engloba a área chamada como polígono da maconha) e de várias empresas prestadoras de serviços. Na paisagem destaca-se o escritório das empresas responsáveis pela obra, bem como os “azuiszinhos”, trabalhadores vestidos com uniforme azul que passam a todo o momento sejam de moto, de bicicleta ou a pé rumo aos canteiros das obras.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) traçando um comparativo do fluxo de admissão e desligamento no período de Janeiro à Agosto dos anos de 2007 (início das obras) e de 2009 percebe-se uma alteração significativa na dinâmica dos empregos formais. O número de admitidos cresceu de 101 para 1.532 trabalhadores no período analisado.

Este fluxo de contratações em um município como Cabrobó com pouco mais de 28 mil habitantes segundo contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, forma um movimento antes nunca imaginado. O perfil econômico está associado historicamente à atividade da agricultura de sequeiro sendo as principais culturas produzidas no município a de arroz, cebola, feijão, milho e melancia.

**Tabela 1 - Fluxo de Admissão e Desligamento – Cabrobó – Janeiro a Agosto**

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2007	101	94	07
2009	1.532	580	952

Fonte: MTE/CAGED

Um indicador das mudanças na dinâmica geográfica do trabalho no município de Cabrobó pode ser evidenciado quando analisamos o perfil ocupacional do mercado de trabalho. Na Tabela 02 podemos perceber a existência de ocupações relacionadas à construção civil, setor este que tem dinamizado o ritmo de contratações já que está diretamente associado às atividades demandantes da construção do canal.

Dentre as ocupações que se destacaram estão: servente de obras, motorista de guincho, pedreiro, operador de máquinas de construção civil e mineração, operador de motoniveladora, apontador de mão-de-obra, operador de britador de mandíbulas, etc. Estas ocupações compõem do ponto de vista do setor econômico o subsetor da CNAE intitulado “construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas”. Somente este setor foi responsável por 78,39% (1.201) das 1.532 admissões realizadas no período do Janeiro a Agosto de 2009.

**Tabela 2 - Ocupações que mais admitiram - Cabrobó - Janeiro de 2008 a Janeiro de 2009**

Ocupações	Admissões	Desligamentos	Saldo
Servente de obras	175	91	84
Motorista operacional de guincho	86	8	78
Vendedor de comércio varejista	51	39	12
Pedreiro	45	33	12
Operador de máquinas de construção civil e mineração	29	12	17
Operador de motoniveladora	29	14	15
Apontador de mão de obra	28	12	16
Operador de britador de mandíbulas	26	5	21
Faxineiro	20	6	14
Mestre (construção civil)	18	6	12
Carpinteiro de obras	16	7	9
Auxiliar de escritório, em geral	14	9	5
Frentista	14	9	5
Técnico em segurança no trabalho	10	8	2
Mecânico de manutenção de máquinas de construção e terraplenagem	10	2	8
Zelador de edifício	9	5	4
Motorista de carro de passeio	8	4	4
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	7	3	4
Carregador (armazém)	7	7	0
Trabalhador agropecuário em geral	6	3	3

Fonte: MTE/CAGED

Outro município cujo impacto das obras é visível na composição do mercado de trabalho local é o município pernambucano de Sertânia, onde estão em fase de construção as obras do Eixo Leste que fará a “integração” das águas do Rio São Francisco para o agreste de Pernambuco e para o Rio Paraíba no Estado de mesmo nome. O trecho de Sertânia é o chamado Lote 11 que tem no comando o consórcio das empresas OAS/Queiroz Galvão/Barbosa Melo/Coesa.

De acordo com o CAGED/MTE no período de Janeiro a Agosto de 2009 foram admitidos 1.288 trabalhadores com carteira assinada sendo que 84,16% (1.084) foram contratados no setor de obras de engenharia civil.

Estes processos intensificam as mudanças socioespaciais uma vez que o ritmo e a intensidade dos “investimentos” nas obras do Governo Federal ajuda a criar um movimento de trabalhadores interessados em participar da rara criação de empregos. Aqui torna-se necessário tecer rápidas considerações sobre a potencial confusão entre trabalho e emprego. Tais considerações contemplam

nossas investigações na medida em que qualifica nossa discussão acerca das mudanças sociais ocorridas no sertão nordestino.

O emprego é um termo que exprime bem a dinâmica do conhecido mercado de trabalho. É uma relação, que pode ou não ser contratual, entre aquele que oferta sua força de trabalho e aquele que a contrata e geralmente ajuda na transformação dos valores de uso em valores de troca. É por isso que nas relações de emprego, a força de trabalho aparece como mais uma mercadoria. O emprego se diferencia do trabalho, pois este último é resultado da interação homem e natureza, é um atributo ontológico do ser social e, portanto, o trabalho é uma condição ineliminável.

O que podemos aferir com os dados apresentados é que estes municípios que vivem essa “onda” de empregos numa realidade acostumada com outra temporalidade marcada pela relação telúrica da prática camponesa e/ou da inserção laboral através dos pequenos comércios e da ocupação em empregos públicos convive numa espécie de “transe” a partir de um pretenso surto de desenvolvimento.

Do ponto de vista dos trabalhadores a perspectiva de emprego muda o seu referencial de identidade do trabalho. Segundo informações da técnica do Ministério da Integração Nacional quando do início das obras e da contratação dos trabalhadores houve algumas dificuldades, pois os trabalhadores não tinham a carteira de trabalho. Para muitos, esta foi uma mudança significativa cuja proporção necessita ser avaliada teoricamente sem preconceitos de classificarmos esta relação como mera dívida temporária do capital ou classificarmos autoritariamente estas relações como relações de alienados que não percebem que a carteira assinada é apenas mais um instrumento de cooptação do trabalhador ao universo dito “salubre” da legislação trabalhista.

Tomemos como exemplo o caso do trabalhador a quem tivemos oportunidade de conversar e que na ocasião chamaremos de *Francisco*. Francisco hoje trabalha na Portban, empresa de São José dos Campos interior de São Paulo responsável pela instalação e manutenção de banheiros químicos nos canteiros das obras. Sua tarefa é fazer a manutenção dos banheiros. A empresa na qual Francisco trabalha foi contratada pela Carioca Engenharia do Rio de Janeiro pertencente ao Consórcio das Águas do São Francisco. Francisco

trabalha com carteira assinada pela primeira vez e antes de trabalhar no emprego atual trabalhava na roça onde plantava milho e feijão.

O caso de Francisco é um exemplo bastante elucidativo do que Thomaz Júnior (2009; 2006) denomina de *plasticidade do trabalho*. Para o autor a realidade viva do trabalho mostra uma dinâmica conflitiva onde o embaralhamento das identidades do trabalho rompe as escalas do campo e da cidade, do trabalho urbano ou agrícola e o espaço de relações deixando marcas territoriais cuja carência de referenciais analíticos desafia parte da intelectualidade que tenta se debruçar no entendimento do trabalho no século XXI.

O trabalho, como já afirmamos, é entendido como modelo de toda práxis, ou seja, é no trabalho que o ser social se diferencia, exerce sua vitalidade, se põe na dianteira do mundo vivido, na materialidade da vida, bem como se faz na sua relação com os outros homens. O espaço como dimensão ineliminável do ser aparece aqui também como um fator importante para tecer a rede causal. Por isso mesmo, *é o espaço elemento muito geral da relação entre teleologia e causalidade*. Proposição esta que defendemos (BEZERRA, 2009) como caminho para consolidarmos uma nova visão nos estudos geográficos daquilo que se entende por sujeito. Quem é o sujeito na geografia? Sem sombra de dúvidas uma pergunta de difícil resposta.

O sujeito adjetivado de sertanejo vivencia e dialetiza práticas sociais históricas que sempre foram tecidas por sua relação com a natureza, principalmente a partir da produção na agricultura fortemente dependente da dinâmica das chuvas no sertão. Esse mesmo sujeito agora vê-se diante de um panorama que produz um novo contexto de inserção laboral que não se resume apenas na visão restrita do emprego.

A dimensão do trabalho e o ato de trabalhar ocupa posição central não só no plano da reflexão filosófica, para aqueles que assim compreendem, mas também na dimensão do cotidiano. E aqui quando tomamos as categorias da geografia e a relacionamos com o trabalho temos uma situação ainda mais complexa. Pois se há alterações significativas com a “difusão” de ocupações não mais vinculadas à agricultura produzindo um novo referencial identitário mediante o estabelecimento de novas funções, da institucionalização do vínculo empregatício, da esteiras das normatizações e por extensão os novos papéis

sociais que o trabalhador adquire na comunidade, devemos também considerar o fato deste mesmo sujeito trabalhar na cidade e não mais (ou ainda) no campo.

Esta situação traz conteúdos geográficos, políticos, econômicos, culturais novos. O espaço de relações do trabalhador é ampliado seja pela esfera propriamente relacional (chefes, gerentes, metas, prazos, horários, atribuições, cronogramas) seja na esfera do consumo através do incremento na renda do trabalhador que o permitirá ter acesso a novos produtos etc.

Mesmo entendendo a conjugação de novos fatores que influenciam trajetórias de vida com a construção das obras hídricas supracitadas, não devemos perder de vista na nossa análise a dimensão histórica das formas de intervenção no Nordeste semi-árido com relação principalmente as obras e a formação das *frentes de trabalho*.

Oliveira (1977) nos lembrou da captura política por parte das oligarquias regionais dos recursos direcionados à construção de açudes, barragens e estradas. Estas obras foram incorporadas como benfeitorias construídas com dinheiro público nas propriedades privadas. Para a construção das obras, quando construídas já que a prática das “Obras Fantasmas” também existia, o DNCOS utilizava as *frentes de trabalho* das secas constituídas por pequenos agricultores, ou seja, mão-de-obra abundante e barata que povoava o sertão do Nordeste algodoeiro-pecuário da primeira metade do século XX. Ainda segundo o autor, o Estado e as forças oligárquicas para dar vazão às necessidades hídricas para a dinamização das atividades de produção de algodão e da criação de gado reproduziam os mecanismos de acumulação primitiva. Sendo o aspecto da utilização das relações de trabalho não-capitalistas um ponto-chave.

Hoje em dia, a mão-de-obra que ajuda a “por de pé” o projeto do Estado brasileiro de construir grandes obras hídricas continua sendo a de trabalhadores oriundos do campo. Ainda mão-de-obra abundante e barata que propicia aos grandes grupos nacionais a exploração da força de trabalho.

### **Considerações finais**

Estamos muito longe de compreendermos as várias nuances que envolvem as relações entre trabalho, identidade e território. No entanto, a partir dos exemplos retirados da pujante realidade somos desafiados a intensificar as

pesquisas lembrando sempre da relação lúcida que deve haver entre as leituras emanadas da realidade empírica e dos tencionamentos teóricos.

Uma questão ainda nos persegue e talvez esta seja a contribuição do nosso artigo: Como podemos entender o processo de construção identitária dos sujeitos em cada momento dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização? Claro que conseguimos apenas engatinhar na perspectiva de buscar uma compreensão mais aclarada deste movimento. Todavia, temos certeza de que a própria construção deste caminho analítico já se conforma enquanto reflexo de uma preocupação que não esteja mais centrada somente na definição do mundo do trabalho como caótico e multifacetado. Devemos aprimorar as discussões teóricas acerca do trabalho. A vivacidade das pesquisas se mantém justamente por que sabemos que se o trabalho é um tema complexo, devemos criar uma teoria igualmente complexa.

### **Referências bibliográficas**

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **O ethos do trabalho**: sobre a insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Ontologia e Geografia: caminhos possíveis a partir da obra de Gyorgy Lukács. In: III Seminário Científico Internacional György Lukács e a emancipação humana, 2009, Marília. **Anais do III seminário científico teoria política do socialismo**. Marília, 2009.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LESSA, Sérgio. **Ontologia de Lukács**. Maceió: UFAL, 1996.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e louvação da diferença. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos**. Volume 1. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Se camponês, se operário: limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Dossiê Movimentos Sociais, Brasília, 2006, v. 21, n. 1, p. 17-28.